

## **QUANDO O MERCADO PODE SER UMA BOA PARA TODOS?**

*Por Sérgio Birchal*

Vivemos numa sociedade em que as relações são perpassadas pelas trocas, como vimos no Caderno 4. Diz-se que uma sociedade assim é uma sociedade baseada numa economia de mercado.

Até o final da década de 1980 havia uma intensa e apaixonada discussão sobre as qualidades de uma economia de mercado e de uma economia centralmente planejada. Isto refletia o clima de confrontação entre a extinta União Soviética e os Estados Unidos nos anos da Guerra Fria, no pós Segunda Grande Guerra. Hoje em dia são poucos os países que não adotam, de uma forma ou de outra, uma economia em que os mercados têm um papel central no cotidiano das pessoas. Seja a China ou os Estados Unidos.

Obviamente que o termo “economia de mercado” também não exclui a participação do Estado na economia, seja no Chile ou na Rússia. Portanto, vivemos numa sociedade cuja economia é considerada de “mercado”, apesar de historicamente o Estado ter um peso importante. Mas o que significa o termo “mercado”?

Um mercado é um espaço (físico ou não) onde as pessoas se encontram livremente para realizar as trocas como

vendedores (oferta) e compradores (demanda). O Mercado Central de Belo Horizonte é um exemplo de um mercado físico. Por outro lado, ninguém duvida de que exista um mercado de jogadores de futebol, em escala internacional e que envolve cifras astronômicas, mas ninguém sabe onde ele fica. Não tem endereço como o Mercado Central de Belo Horizonte. Mais recentemente vimos emergir com uma força avassaladora os mercados virtuais.

Os mercados existem por conta da crescente divisão e especialização do trabalho. Somos ao mesmo tempo produtores e consumidores. A maioria das pessoas gasta a maior parte do dia no trabalho. Ali ele está produzindo algo. Mas é muito comum passearmos pelo shopping nas horas vagas. Aí somos consumidores.

A divisão e especialização do trabalho surge por que as necessidades da sociedade são cada vez mais sofisticadas e complexas, assim como a produção e a distribuição dos bens e serviços para atender essas necessidades. Porém, a crescente divisão e especialização do trabalho necessita de um mecanismo cada vez mais complexo e sofisticado de coordenação do trabalho dividido e especializado. Em várias situações o mercado pode ser um bom mecanismo de coordenação.

Em meados da década de 1970, ainda nos tempos do Milagre Brasileiro, havia quase o mesmo número de escolas

de engenharia civil e de administração em Belo Horizonte. Havia cursos de engenharia civil em quatro escolas: UFMG, PUC, FUMEC e Kennedy. O curso de administração também era oferecido por quatro escolas: UFMG, PUC, UNA e Newton Paiva. O Brasil vivia uma era de prosperidade. O País se industrializava rapidamente e havia muitas construções em infra-estrutura, como rodovias, usinas hidrelétricas e nuclear, entre outros. Assim, os engenheiros civis eram muito mais requisitados e valorizados pelas empresas do que os egressos dos cursos de administração. Os salários dos engenheiros civis em início de carreira eram maiores do que a média.

Trinta anos depois o número de faculdades e universidades que ofertam cursos de administração em Belo Horizonte passa da meia centena, enquanto o de engenharia civil é praticamente o mesmo.

O que aconteceu?

O País quebrou duas vezes na década de 1980 e as obras escassearam. No entanto, as empresas continuaram a precisar de mais administradores. Desta forma, os salários de administradores e engenheiros civis em início de carreira passaram a se equivaler. Como o curso de administração é tido como “mais fácil” por ter um menor conteúdo de matemática, como ele é mais barato e é mais curto do que o curso de engenharia civil, a demanda dos alunos por cursos de

administração explodiu, enquanto que a demanda por cursos de engenharia civil continuou praticamente a mesma.

Quem coordenou toda esta mudança nas escolhas dos estudantes ao longo destas décadas?

A famosa mão invisível do mercado. Todos os anos milhares de alunos fazem “livremente” as suas escolhas de curso balizados pela mão invisível do mercado (neste caso as perspectivas do mercado de trabalho).

Assim como acontece no plano pessoal, as trocas (comércio) entre os países pode beneficiá-los. O clima da Inglaterra é muito mais apropriado para a produção de morangos do que o clima do Brasil. Com isto os morangos ingleses tendem a ser maiores e mais adocicados e disponíveis em maior quantidade. Por outro lado, as bananas dão com fartura no Brasil, mas não crescem no clima modorrento da Inglaterra. As bananas são muito indicadas para caimbras e fadiga muscular. Assim, os ingleses só podem ter acesso a elas importando do Brasil, por exemplo. Portanto, o comércio entre os países pode beneficiar os seus habitantes. Por isso os economistas se interessam tanto pelas trocas internacionais.

Mas os governos não só participam das trocas internacionais como podem melhorar os resultados dos mercados. Isto ocorre quando há falhas de mercado. Em economês, isto quer dizer que o mercado, por si só, não

consegue alocar de forma eficiente os recursos produtivos (recursos humanos, recursos físicos e recursos naturais). O Brasil, por exemplo, não teria criado uma indústria aeronáutica competitiva em nível internacional se não fosse pelos investimentos do Estado por mais de duas décadas. Muito menos teria revolucionado a sua agroindústria se fosse pela EMBRAPA, empresa governamental de pesquisa agropecuária. É a ação reguladora do Estado que estabelece os parâmetros para muitos negócios, de previdência privada à exploração das riquezas do solo e do mar.

As falhas de mercado podem ter várias explicações, além das ilustradas acima, como a total inexistência de compradores e/ou vendedores e a existência de um único produtor e/ou comprador, entre outros. Assim, quando há uma falha de mercado o governo pode melhorar o resultado para todos.